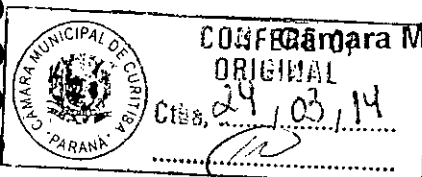


RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

RELATOR:
VEREADOR BRUNO PESSUTI

Bruno Pessuti



Câmara Municipal de Curitiba, em 26 de novembro de 2013.

[Handwritten mark]

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO
REQUERIMENTO 049.00003.2013, APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA.**

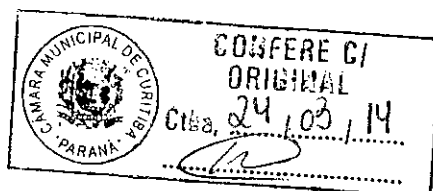
**PRESIDENTE
JORGE BERNARDI**

**VICE-PRESIDENTE
SERGINHO DO POSTO**

**RELATOR
BRUNO PESSUTI**

**VICE-RELATOR
VALDEMIR SOARES**

**MEMBROS
CHICARELLI
CHICO DO UBERABA
CRISTIANO SANTOS
GEOVANE FERNANDES
MAURO IGNACIO
NOEMIA ROCHA
PAULO RINK
PROFESSORA JOSETE
TIAGO GEVERT**



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à Equipe de Apoio que esteve conosco nesta jornada e a todos os demais servidores desta Casa que, diuturnamente, se dedicaram ao trabalho com redobrado afinho tornando possível a constituição deste relatório e a conclusão da CPI do Transporte Coletivo de Curitiba.



1

2

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. O papel da Câmara Municipal de Curitiba	02
1.2. Da CPI	03
1.3. Dos Limites da CPI	05
1.4. Da Finalidade da CPI	06

2. DA INSTALAÇÃO, DOS PROCEDIMENTOS E DO PRAZO PARA CONCLUSÃO

2.1. Breve histórico da Criação, Composição e Início dos Trabalhos da CPI	08
2.2. Do Método de Trabalho	10
2.3. Dos Objetivos	10
2.4. Documentação	11
2.5. Dos Depoimentos e Oitivas	11
2.6. Diligências Externas	11
2.7. Da Análise dos Procedimentos por esta Comissão	12

3. DAS PROVAS E DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO A CPI

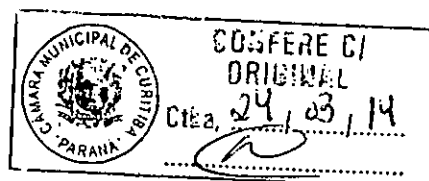
3.1. Dos requerimentos feitos pelos vereadores	15
3.2. Do resumo das reuniões realizadas	21
3.3. Dos documentos apresentados à Comissão de Inquérito	41
3.4. Dos importantes requerimentos não respondidos	45

4. RELATORIO DA CPI

4.1 DAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE LICITAÇÃO	47
4.1.1 Breves considerações sobre a Licitação	47
4.1.2 Os princípios que regem a licitação	49
4.1.3 Os vícios encontrados no procedimento licitatório. Indícios de fraude	51
4.1.3.1 Edital de Licitação. Descumprimento do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93	51
4.1.3.2 Das alterações promovidas no edital após o parecer	59
4.1.3.3 Capacidade técnico-operacional	81
4.1.3.4 – Repetição de texto nas manifestações dos licitantes	84
4.1.3.5 – Antecipação do prazo de início de operação	86
4.1.3.6 - Da Outorga prevista no Item 2 do edital	90
4.1.3.7 – Das evidências de formação de Cartel	93
4.1.3.8 – Da ausência de licitação do lote 4	102

4.2. DO RECOLHIMENTO DO ISSQN DAS EMPRESAS.

4.2.1 Ausência de fiscalização	105
--------------------------------	-----

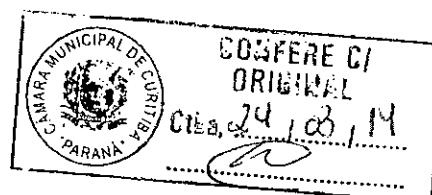


4.3. DA PLANILHA DE CÁLCULO TARIFARIO E O LUCRO EXCESSIVO.

4.3.1 Reduções propostas na Tarifa	111
4.3.1.1 Custos dependentes	111
4.3.1.1.1 Combustível	111
4.3.1.1.2 Lubrificantes	114
4.3.1.1.3 Rodagem	115
4.3.1.1.4 Peças acessórios e serviços de terceiros relativos a manutenção	119
4.3.1.2 CUSTOS DE PESSOAL DE OPERAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	
4.3.1.2.1 Motoristas, cobradores, porteiros, controladores, zeladores, vigilantes, pessoal de manutenção e limpeza, atendentes e auxiliares	124
4.3.1.2.2 Benefícios	127
4.3.1.2.2.1 Cesta Básica	127
4.3.1.2.2.2 Plano de Saúde	127
4.3.1.2.2.3 Seguro de Vida	128
4.3.1.2.3 Atividade complementar	129
4.3.1.2.4 Fundo Assistencial	130
4.3.1.2.5 Pessoal de Administração	132
4.3.1.3 CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO	
4.3.1.3.1 Despesas Administrativas	136
4.3.1.4 TAXA DE RISCO	147
4.3.1.5 AMORTIZAÇÃO	148
4.3.1.6 Amortização de veículos	148
4.3.1.7 Amortização de instalações, edificações e equipamentos	150
4.3.1.8 RENTABILIDADE JUSTA DO SERVIÇO PRESTADO	153
4.3.1.9 IMPOSTOS E TAXAS	
4.3.1.9.1 Impostos Federais	158
4.3.1.9.2 Impostos Estaduais	158
4.3.1.9.3 Impostos Municipais	158
4.3.1.9.4 Taxa de administração da URBS	159

5. CONCLUSÃO	161
--------------	-----

6. RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS FINAIS	179
--	-----



1. INTRODUÇÃO.

Por iniciativa de diversos vereadores foi apresentado a esta Casa Legislativa, em data de 26/06/2013, o Requerimento nº. 049.00003.2013 solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar e investigar os indícios de lucro excessivo e irregularidades no processo licitatório, na planilha de cálculo tarifário das empresas, bem como no recolhimento do ISS das empresas da Rede Integrada do Transporte Coletivo de Curitiba, sendo denominada Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, com prazo certo de 90 (noventa) dias e passível de prorrogação a partir de sua instalação.

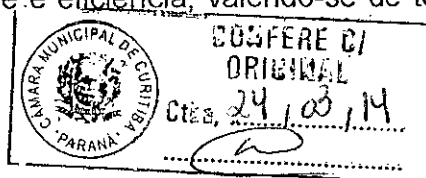
A iniciativa dos vereadores da proposição, apoiada por mais da terça parte dos membros do Parlamento, constituiu-se na expressão concreta e efetiva do exercício do poder de investigação que compete à Câmara Municipal, prevista no art. 64 de seu Regimento Interno, a saber:

Art. 64. As Comissões de Inquérito, criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.

O artigo 16 da Lei Orgânica do município de Curitiba prevê a função de fiscalização e controle do Poder Legislativo, a qual, com alicerce na própria Constituição, prevê, em seu artigo 20, a competência privativa da Câmara Municipal em criar Comissões de Inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Desta forma, para cumprir uma das suas principais atribuições, em respeito ao exercício do Poder Legislativo de fiscalizar os atos que possam causar prejuízos à Administração Pública afetando direta ou indiretamente o interesse público, foi criada e instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigação de irregularidades apontadas no próprio legislativo.

Ausente de recuo ou estremecimento de qualquer ordem, com exceção da ausência de estrutura técnica disponibilizada, a CPI ora em comento, procurou agir, desde o início, com a finalidade única de apurar os fatos, com foco na obrigação do administrador em zelar pela coisa pública, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, valendo-se de todos os



instrumentos legais cabíveis, dentro dos limites impostos pelo estado democrático de direito.

É com base nesse contexto que apresentamos o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, do “ Transporte Coletivo de Curitiba”, emitindo, ao final, as conclusões, resultados e encaminhamentos necessários à eficácia dos trabalhos realizados pela Comissão.

1.1 O Papel da Câmara Municipal de Curitiba

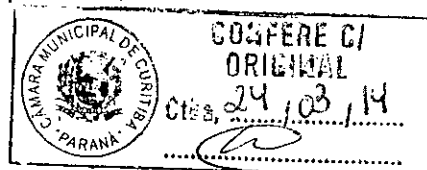
Ao lado da função precípua de legislar, a Câmara Municipal de Curitiba tem a competência essencial constituída pela sua autonomia: a fiscalização extensa de todos os assuntos e temas aos quais a Constituição da República a capacita.

É incontestável que o poder de investigar constitui uma das mais expressivas funções institucionais do Legislativo. A importância da prerrogativa de fiscalizar se traduz, na dimensão em que se projetam as múltiplas competências constitucionais do Legislativo, como atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) representa um dos mais importantes instrumentos de fiscalização e porque não dizer, controle da atividade administrativa das autoridades públicas, que, inexoravelmente, envolvem a acepção ampla do interesse público.

Em um preâmbulo objetivo e necessário, tem-se que o Poder Legislativo Municipal tem basicamente três funções:

- a) **Representativa** - Representar o povo, em defesa dos seus interesses na construção de uma sociedade igualitária e justa;
- b) **Legislativa** - Elaborar as Leis de modo a contemplar a sociedade com um ordenamento jurídico que garanta a defesa de toda a coletividade;
- c) **Fiscalizadora** - Fiscalizar todos os atos da Administração Pública, de modo a buscar e zelar por todos os interesses da comunidade. Apoiado nesta última função, juntamente com outros procedimentos legislativos, está a competência do Poder Legislativo de fiscalizar as atividades dos administradores e/ou daqueles que giram em torno do



interesse público, mediante o instrumento legal qual seja a Comissão Parlamentar de Inquérito.

1.2. Da CPI

Como já vimos as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) tem previsão constitucional e se constituem em uma das formas de controle da Administração Pública exercida pelo Poder Legislativo.

Regulamentadas pela Lei nº. 1579/52, a CPI adquire maior importância no cenário político nacional, a partir da promulgação da Constituição da República de 1988.

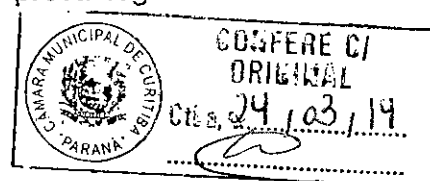
Pode-se afirmar que a CPI é um instrumento jurídico do Poder Legislativo, legalmente constituído para buscar informações, efetuar diligências, colher depoimentos e outros mecanismos para apurar fatos que estejam contra o interesse público, voltada à apuração de denúncias para que sejam resguardados os valores da sociedade.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar "o que" a sociedade curitibana pode e deve esperar de uma CPI, que possui limites traçados pela Carta Magna que rege o estado democrático de direito, nos moldes estabelecidos pelo §3º do art. 58, *"as Comissões Parlamentares de Inquérito, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, e serão criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores"* (Art. 58, CR/88).

Como se vê, a Constituição da República deu poderes de investigação de autoridade judicial, bem como outros poderes existentes no Regimento Interno, a fim de possibilitar o cumprimento de todos os objetivos e tarefas.

Há que se atentar que a concessão constitucional dos poderes de autoridade, muitas vezes, acaba por confundir a sociedade e a própria mídia que cobra dos seus membros, um êxito do resultado pela quantidade de autoridades, agentes políticos e cidadãos que, através delas venham a ser punidos, o que não é o critério correto a ser adotado na avaliação dos trabalhos de uma CPI.

A CPI pode colher depoimentos, ouvir indiciados, interrogar testemunhas, requisitar documentos, levantar meios de prova legalmente admitidos e



Handwritten signature or mark.

realizar buscas e apreensões, sem, contudo, poder atribuir poderes ilimitados, estando seus trabalhos sujeitos ao controle judicial, com limitação imposta pela própria Constituição da República.

No âmbito Municipal, a Comissão de Inquérito é regulamentada pela Lei Orgânica do Município de Curitiba, que assim dispõe:

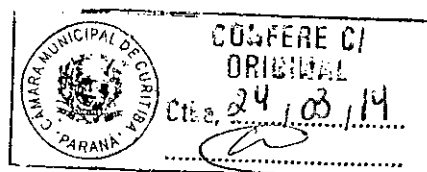
Art. 44 - Na composição das Comissões, constituídas na forma do Regimento Interno, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos.

Art. 45 - As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba regulamenta a criação, instalação e procedimentos das Comissões de Inquérito nos artigos 64 e 65, prevendo neste último, a forma do relatório final, in verbis:

Art. 65. A Comissão de Inquérito redigirá suas conclusões e forma de relatório que, conforme o caso, alternativa ou cumulativamente, conterà sugestões, recomendações à autoridade administrativa competente, terminará pela apresentação de projeto, ou concluirá pelo encaminhamento ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Mediante o que propõem as Leis Municipais, Federais e a Constituição da República, o presente relatório tem por objetivo principal, expor as atividades e procedimentos adotados pela CPI, desde a sua criação, apontando os limites constitucionais de atuação, o objeto e finalidade propostos, bem como a conclusão, resultados e encaminhamentos, esclarecendo a sociedade, e todos os abrangidos pelo interesse público, sobre o cumprimento da função parlamentar fiscalizadora.



1.3 Dos Limites da CPI

Além de fiscalizar, o objetivo principal da CPI é, com a conclusão de seu trabalho, apontar soluções e propor modificações administrativas. As irregularidades que impliquem em responsabilização do agente público deverão ser remetidas ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Como se vê, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem limites. As normas que criaram e/ou regulamentaram a CPI não podem contrariar a Constituição da República e seus princípios, por mais que detenham autoridade jurídica.

Em outros termos, a CPI deve respeitar os limites, sob pena de ser declarada nula.

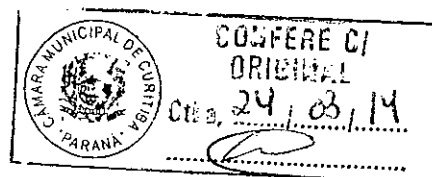
Melhor esclarecendo, se a Constituição da República atribui a CPI poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, há que considerar que durante todo o processo investigativo, torna-se exigível o respeito ao direito do indiciado de participar alegando o que quiser em sua defesa.

A CPI NÃO CONDENA, mas apenas colhe informações sobre o objeto investigado, para posteriormente, apresentar dados concretos ao Ministério Público, para o oferecimento de denúncia formal ou instauração de processo de responsabilidade civil, sendo também um importante instrumento de apoio na instrução de tais procedimentos caso já existam quando da conclusão dos trabalhos.

Outro limite imposto é o de que a Câmara Municipal, através da CPI, não poder invadir a competência de outros órgãos constitucionais como o Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado. Da mesma forma, as providências que tenham caráter investigatório e impliquem restrição direta a direitos individuais também estão protegidas pelo próprio texto constitucional e, portanto, somente podem emanar de juiz, e não de terceiros, mesmo aqueles a quem foram atribuídos “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”.

A CPI deve dispor de todos os meios necessários e para atingir seus objetivos, na condução do procedimento investigatório.

Todavia, há que haver o entendimento geral de que os poderes de indagação probatória e de investigação ou pesquisa dos fatos determinados que motivaram a instauração do inquérito parlamentar sofrem, como já mencionado, limitações de ordem jurídico-constitucional que restringem, em consequência, a capacidade de atuação da Comissão de Inquérito.



Por fim, pode-se afirmar que as limitações da CPI consistem, basicamente em:

a) **A CPI NÃO TEM FUNÇÃO PUNITIVA**, mas, sim, meramente investigativa. Pode abrir inquéritos, sem criar processos ou procedimentos que invadam a atribuição do judiciário. Não tem poder de obrigar a presença de testemunhas faltosas, nem tão pouco de puni-las pela omissão da verdade, salvaguardando ao depoente o direito de não responder as perguntas que julgar impertinentes.

b) **A CPI NÃO TEM CARÁTER JUDICIÁRIO** – A CPI não forma culpa nem pode proferir julgamento em torno de qualquer irregularidade mesmo aquelas supostamente criminosas, possuindo, por fim, as mesmas limitações impostas à Câmara que a originou.

1.4 Da Finalidade da CPI

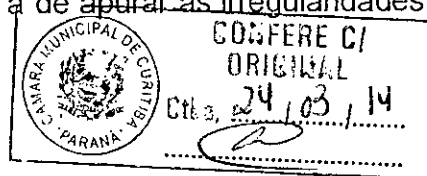
É jurídica e publicamente notória a preocupação com a real finalidade de uma Comissão de Inquérito.

Por tratar-se de questões que envolvem diretamente a política, o desvio da finalidade é, não raras vezes, constatado pela utilização deste instrumento jurídico como forma de condução do poder sem a obediência à apuração, investigação e encaminhamentos justos.

A prova cabal do desvio da finalidade dos trabalhos da CPI resta facilmente constatada quando o relatório final se apresenta de forma desproporcional e oposto às provas colhidas nos autos, submetendo todo o processo à nulidade de pleno direito.

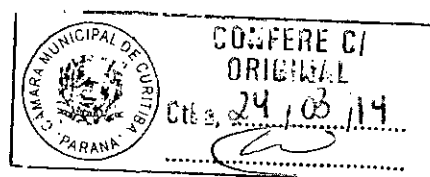
Deste modo, para que os trabalhos da CPI em pauta sejam preservados e rigorosamente relatados com base na apuração dos fatos, o presente relatório se sustenta nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, impessoalidade e proporcionalidade, atendendo os requisitos fundamentais inerentes a sua efetividade quais sejam a Competência, a Finalidade, a Forma, o Motivo e o Objeto.

Da análise de todo o processo, bem como das provas obtidas, conclui-se que não houve finalidade alheia ao interesse público nem tão pouco se constata finalidade alheia à categoria do ato ou objeto que lhe deu origem, podendo-se afirmar que a finalidade principal foi atingida, qual seja, a de apurar as irregularidades na



tarifa do transporte coletivo de Curitiba, como o lucro excessivo e irregularidades no processo licitatório, na planilha de cálculo tarifário das empresas, bem como no recolhimento do ISS das empresas da Rede Integrada do Transporte Coletivo de Curitiba.

f



D

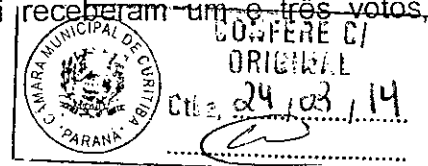
2. DA INSTALAÇÃO, DOS PROCEDIMENTOS E DO PRAZO PARA CONCLUSÃO

2.1 Breve Histórico da Criação, Composição e Início dos Trabalhos da CPI

A proposição n. 049.00003.2013 foi encaminhada por iniciativa de 36 Vereadores desta Casa de Leis (ordem alfabética): Ailton Araújo, Aladim Luciano, Beto Moraes, Bruno Pessuti, Cacá Pereira, Carla Pimentel, Chicarelli, Chico do Uberaba, Colpani, Cristiano Santos, Dirceu Moreira, Dona Lourdes, Felipe Braga Côrtes, Geovane Fernandes, Helio Wirbiski, Jairo Marcelino, Jonny Stica, Jorge Bernardi, Julieta Reis, Mauro Ignacio, Mestre Pop, Noemia Rocha, Paulo Rink, Paulo Salamuni, Pedro Paulo, Pier Petruzzello, Professora Josete, Professor Galdino, Rogerio Campos, Serginho do Posto, Tiago Gevert, Tico Kuzma, Tito Zeglin, Toninho da Farmácia, Valdemir Soares, Zé Maria, em 26 de junho de 2013, publicada no Diário desta Câmara n. 8540, em 26/06/2013.

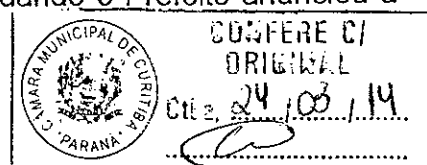
Versa tal medida legislativa sobre Requerimento de Constituição de Comissão de Inquérito, com a seguinte Súmula assim descreve "Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar e investigar os indícios de lucro excessivo e irregularidades no processo licitatório, na planilha de cálculo tarifário das empresas, bem como no recolhimento do ISS das empresas da Rede Integrada do Transporte Coletivo de Curitiba".

Em data de 28/06/2013, às onze horas foi realizada no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, a Reunião de Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba. Foram previamente indicados a compô-la, nos termos do artigo 75 do Regimento Interno desta Casa de Leis, os Vereadores: Paulo Rink, Jorge Bernardi, Mauro Ignácio, Cristiano Santos, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Chicarelli, Noemia Rocha, Geovane Fernandes, Chico do Uberaba, Valdemir Soares, Professora Josete e Toninho da Farmácia. Com fulcro no teor do parágrafo 4º, do Art. 74, do Regimento Interno, o Vereador Jorge Bernardi presidiu a reunião de instalação. O Vereador Jorge Bernardi então abriu a reunião e colocou em discussão a eleição para Presidente, Vice-Presidente, Relator e Vice-Relator da Comissão. O Vereador Jorge Bernardi se candidatou a Presidente da Comissão e foi eleito com onze votos. Os Vereadores Serginho do Posto, Mauro Ignácio e Chicarelli concorreram ao cargo de Vice-Presidente. O Vereador Serginho do posto foi eleito com oito votos, e os Vereadores Mauro Ignácio e Chicarelli receberam um e três votos,



respectivamente. Para o cargo de Relator da Comissão somente o Vereador Bruno Pessuti se candidatou, sendo eleito com onze votos. Por fim, o Vereador Valdemir Soares se candidatou ao cargo de Vice-Relator, foi eleito com dez votos e teve um voto contrário. O Vereador Jorge Bernardi absteve-se de votar para os cargos de Presidente, Relator e Vice-Relator. Em seguida, o Presidente Jorge Bernardi solicitou os serviços da Taquigrafia bem como a indicação de dois Procuradores para acompanhar e auxiliar os trabalhos da Comissão. Comunicou, por fim, que a próxima reunião está marcada para o dia primeiro de julho de 2013, às 14h no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba para a aprovação do Regulamento Interno da Comissão, definição de datas e horários das próximas reuniões e discussão de assuntos gerais.

Em 1º/07/2013 foi realizada a 1ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, sendo que o Presidente, Vereador Jorge Bernardi iniciou os trabalhos realizando uma apresentação sobre Comissões Parlamentares de Inquérito explanando, dentre outros itens, sobre sua criação, atribuições e condução dos trabalhos. Explicou que o objetivo da CPI é investigar fatos que, por sua natureza, sejam passíveis da legislação, fiscalização, controle ou qualquer outra atribuição ou competência do Poder Legislativo. Explanou que somente o gasto com o transporte coletivo representa 17% do orçamento de Curitiba, sendo que o orçamento de Curitiba de 2013 é de cinco bilhões, setecentos e dezenove milhões de reais, e o Fundo de Urbanização de Curitiba, o FUC, que administra, ou seja, é dali que saem os recursos para pagar a tarifa do transporte coletivo, representa novecentos e sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil reais. Observou que estamos mexendo num dos setores mais cartelizados da administração municipal e que representa 17% de todo o orçamento. São onze empresas, três consórcios, que movimentam praticamente todos esses recursos. Explicou que um dos fatos a ser investigado é o indício de lucro excessivo das empresas sendo que as empresas recebem trinta e quatro centavos a cada tarifa de transporte coletivo de Curitiba. Ressaltou que a Folha de São Paulo publicou uma reportagem de duas páginas dizendo que em São Paulo as empresas têm um lucro acima da média, qual seja, de treze centavos por tarifa. Outro fato que foi colocado na CPI a ser investigado são os indícios de irregularidades no processo licitatório. Também serão investigadas irregularidades na planilha do cálculo tarifário. Ou seja, se há ou não irregularidades nessa planilha. Afirmou também que serão investigadas irregularidades no recolhimento do ISS das empresas da Rede Integrada de Transporte Coletivo de Curitiba, pois na semana passada, quando o Prefeito anunciou a



redução da tarifa, havia sido comprovado que algumas empresas não estavam recolhendo o ISS. Após a apresentação, o Presidente colocou em votação o Regulamento Interno da Comissão, o qual foi aprovado com algumas sugestões dos vereadores. Foi aprovado ainda, que as reuniões da CPI serão realizadas às quintas-feiras pela manhã, ressaltando que para a próxima reunião do dia quatro de julho de 2013 fosse convidado o Presidente da URBS, senhor Roberto Gregório da Silva Júnior, para que entregasse o Relatório Final da Comissão de Análise da Tarifa aos Vereadores, sugestão esta acatada.

Estes foram "os primeiros passos", logo após a criação e composição desta CPI.

Devidamente instalada, a CPI respeitou todos os procedimentos a que as Comissões Parlamentares de Inquérito estão inseridas no plano do Direito que as regulamenta. Vejamos:

2.2. Do Método de Trabalho

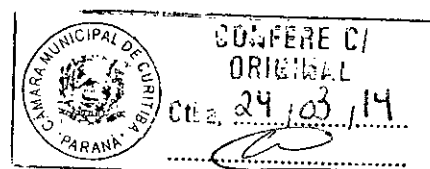
Desde o início, a CPI utilizou-se de todos os instrumentos permitidos por lei para apuração dos fatos, realizando diligências externas, solicitando documentos vinculados ao objeto investigado, ouvindo testemunhas e depoimentos dos investigados.

Contudo, é de se concluir que os elementos de prova levantados com as diligências realizadas pelos membros da CPI, bem como dos documentos que constam dos autos, se fazem suficientes para o relatório final e conclusivo desta comissão de inquérito, com fundamentos sólidos para embasar a conclusão em encaminhamentos.

2.3. Dos Objetivos

Desde o início dos trabalhos da CPI, os membros que as compõe seguiram diversas linhas de investigação, preponderantemente sobre os seguintes temas:

a) O processo de licitação da URBS;



- b) O recolhimento de ISSQN das empresas;
- c) A planilha de custo tarifário e o lucro excessivo das empresas.

A seguir, a exposição das diligências realizadas, referentes a cada tema.

2.4. Documentação

Conforme o relatório, a documentação solicitada pelos membros desta Comissão foi juntada nos autos desta CPI, seguindo-se a ordem cronológica de recebimento.

Parte da documentação relacionada foi analisada "in loco" nas Diretorias e Departamentos respectivos da CMC, pois se tratavam de originais e naturalmente não poderiam ficar circulando por outras repartições, arriscando o extravio ou danos do conteúdo, sendo que devem ficar à disposição também de outras autoridades, tais como Ministério Público e Tribunal de Contas.

2.5. Dos Depoimentos e Oitivas

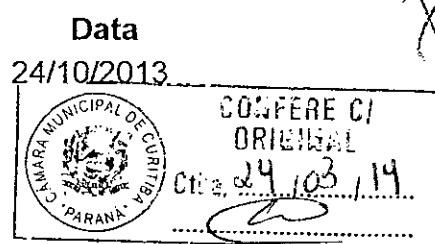
Todos os Depoimentos e oitivas foram tomados no inteiro teor nas dependências da Câmara Municipal, salvo as diligências externas realizadas.

2.6. Diligências Externas

Foram realizadas diligências externas à Secretaria de Finanças, URBS e à sede da DATAPROM.

Segue abaixo, a relação dos trabalhos da CPI, em especial as reuniões realizadas em ordem cronológica:

Número	Tipo	Data
15ª	Ordinária	24/10/2013

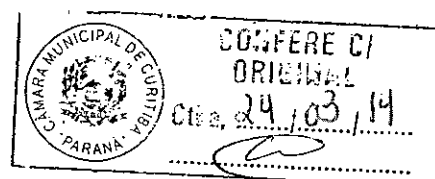


14ª	Ordinária	17/10/2013
13ª	Extraordinária	15/10/2013
12ª	Extraordinária	14/10/2013
13ª	Ordinária	10/10/2013
12ª	Ordinária	03/10/2013
11ª	Extraordinária	30/09/2013
11ª	Ordinária	26/09/2013
10ª	Extraordinária	20/09/2013
10ª	Ordinária	19/09/2013
9ª	Extraordinária	18/09/2013
8ª	Extraordinária	17/09/2013
9ª	Ordinária	12/09/2013
7ª	Extraordinária	10/09/2013
8ª	Ordinária	05/09/2013
6ª	Extraordinária	29/08/2013
7ª	Ordinária	22/08/2013
5ª	Extraordinária	19/08/2013
4ª	Extraordinária	16/08/2013
3ª	Extraordinária	09/08/2013
6ª	Ordinária	08/08/2013
2ª	Extraordinária	05/08/2013
5ª	Ordinária	01/08/2013
4ª	Ordinária	25/07/2013
3ª	Ordinária	18/07/2013
1	Extraordinária	15/07/2013
2ª	Ordinária	04/07/2013
1ª	Ordinária	01/07/2013
Instalação	Instalação	28/06/2013

2.7 Da Análise dos Procedimentos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito

1º.) A comunicação inicial da instalação da CPI, bem como todos os atos que afetam os atos e indivíduos investigados, foram devidamente formalizados, conforme previsto no regulamento e regimento interno da Casa.

2º.) Foram conferidos aos advogados todos os direitos próprios de acompanhar todo o processo investigatório daquele que o constitui como seu patrono e dentro das prerrogativas estabelecidas na lei.



3º.) A intimação do indiciado e testemunhas foram feitas pessoalmente de acordo com a legislação penal.

4º.) Foram garantidos aos indiciados ou a quem se imputou indício de irregularidade, o direito de permanecer em silêncio.

5º.) Foram garantidas a ampla defesa para buscar a eficácia administrativa e a eficácia política, seguindo as devidas normas, como o direito de ser ouvido expressando suas razões e seus argumentos, além do direito de fazer-se representar por advogado; não houve qualquer impedimento da produção de prova a seu favor, antes do parecer final da Comissão sobre o objeto apurado bem como o direito de vista dos autos por advogado do indiciado.

6º.) Não foram convocadas autoridades fora do âmbito de atuação da CPI ou por ela impedidas de serem convocadas sem a devida deliberação do plenário da Câmara.

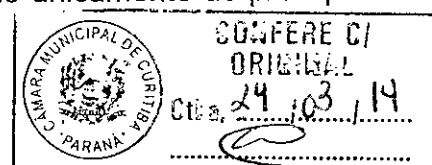
7º.) Não se verifica a quebra do Direito ao Sigilo de testemunha em caso de prerrogativa profissional, tendo a CPI respeitados tais direitos quando solicitados, só agindo mediante aprovação dos seus membros ou ordem judicial.

8º.) Foram realizadas todas as oitivas e diligências, internas externas, apontadas e deliberadas pela Comissão de Inquérito.

9º.) Não houve fatos novos estranhos ao objeto indicado no momento da CPI, existindo tão somente fatos resultantes de encadeamento ainda que inicialmente não previstos, tendo sido tomadas as providências necessárias para condução de tais fatos dentro do objeto determinado inicialmente para a sua apuração, devidamente adequados ao regulamento da CPI.

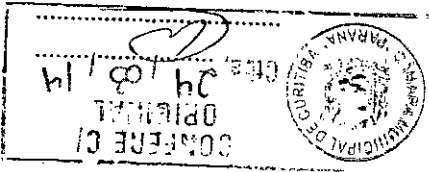
10º.) Não houve divulgação dos trabalhos da CPI vedados por lei, tendo a Comissão de Inquérito atuado com cuidado e discrição, evitando que terceiros fossem injustamente colocados à execração pública, sem haver comprovado ou mesmo suficientemente esclarecido seu envolvimento com o objeto que está sendo apurado.

11º.) Toda publicidade teve finalidade útil e nobre, atendendo unicamente ao princípio do



interesse público, transparência à sociedade e preservação dos direitos dos envolvidos.

12º.) Todos os prazos foram rigorosamente cumpridos.



3. DAS PROVAS E DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO A CPI

3.1. DOS REQUERIMENTOS FEITOS PELOS VEREADORES

Número	Ementa	Data
410.00026.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes, que seja convidado para prestar esclarecimentos à CPI dos Transportes o atual presidente da empresa Dataprom, Sr. Alberto Abujamra.	31/07/2013
410.00025.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes, que seja convidado para prestar esclarecimentos à CPI dos Transportes um representante da empresa Enterhelp, antiga empresa que prestava serviços a Urbs.	31/07/2013
410.00024.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito o convite aos três últimos Presidentes do ICI - Instituto Curitiba de informática para esclarecimentos referente a CPI de Transporte Público de Curitiba.	31/07/2013
410.00088.2013	Requer à CPI do Transporte Coletivo, seja encaminhado ofício à Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos, convidando seu Presidente Sr. José Severino da Silva Felinto para depor a esta CPI.	30/09/2013
410.00087.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito a URBS documentos referentes a Comissão Técnica Incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da Comissão Especial de Licitação do transporte coletivo.	30/09/2013
410.00086.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo o encaminhamento de ofício à URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba requerendo cópia dos contratos de prestação de serviço de transporte coletivo de Curitiba.	30/09/2013
410.00023.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que os representantes das áreas financeira e jurídica da SETRANSP e da URBS sejam convocados a comparecer nesta Comissão.	30/07/2013
410.00022.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam convidados os Srs. Mário Nakatami e Oldinir Furman, Ex- Diretores da URBS.	29/07/2013
410.00019.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, seja oficiado à Secretaria Municipal de Educação, a fim de prestar esclarecimentos a respeito do SITES - Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial.	29/07/2013
410.00018.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, sejam tomadas as providências necessárias para a convocação dos Representantes legais e/ou funcionários do ICI - Instituto Curitiba de Informática, para comparecimento à CPI do Transporte Coletivo.	29/07/2013
410.00053.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, seja encaminhado ofício ao Presidente da URBS, para que forneça relatório de todos os funcionários e prestadores de serviços daquele órgão, contendo seus respectivos cargos e salários que recebem, informando inclusive, os setores em que estão lotados.	28/08/2013
410.00052.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas, pelas empresas de transporte coletivo do Município de Curitiba e pelos consórcios, informações sobre admissões e demissões no sistema de transporte coletivo de Curitiba.	27/08/2013



CONFERE C/
ORIGINAL

24/03/14

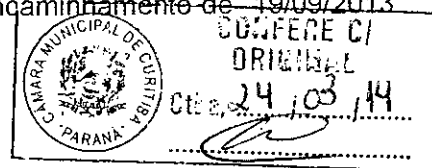
- 410.00051.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, informações sobre a rentabilidade do ISS, recolhido diariamente junto às empresas de transporte, desde o ano de 2010. 27/08/2013
- 410.00050.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, informações sobre o balanço e demonstrações contábeis do Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC), dos anos de 2010, 2011 e 2012. 27/08/2013
- 410.00049.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, informações sobre o balanço e demonstrações contábeis da Urbanização de Curitiba S/A (URBS), dos anos de 2010, 2011 e 2012. 27/08/2013
- 410.00085.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, todas as despesas contidas na planilha de gastos pagos pelo FUC de julho/2012 até julho/2013. 26/09/2013
- 410.00084.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, o valor pago a cada empresa e/ou consórcio mensalmente por meio do FUC de julho/2012 a julho/2013. 26/09/2013
- 410.00083.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito Transporte Coletivo de Curitiba, que seja convocado para prestar depoimento na CPI os Senhores Celso Bernardo, Gestor Financeiro da Urbs e o Sr. Luiz Alberto Schwab Junior, da empresa Schwab JR Tecnologia da Informação. 26/09/2013
- 410.00021.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que convide o Sr. Luís Carlos Pimenta, Presidente da Volvo Bus Latin America, para prestar esclarecimentos. 26/07/2013
- 410.00020.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que as Empresas participantes dos consórcios do transporte público apresentem, para além dos balanços contábeis, a completa movimentação financeira, em especial os gastos com insumos de toda ordem, acompanhada da respectiva conciliação bancária. 26/07/2013
- 410.00017.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a discriminação dos custos relativos ao item "5.6 - Pessoal da Administração com encargos sociais" divulgados na "Planilha de Remuneração da Empresas" 26/07/2013
- 410.00016.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes, que seja convidado para prestar esclarecimentos à CPI dos Transportes o atual Diretor do Departamento de Rendas Mobiliárias - ISS da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Daniel Maurício. 25/07/2013
- 410.00015.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes, que seja convidada para prestar esclarecimentos à CPI dos Transportes a Sra. Eleonora Fruet - Secretária Municipal de Finanças de Curitiba 25/07/2013
- 410.00014.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que seja convidada para prestar esclarecimentos à CPI dos Transportes a Sr. Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners - atual Diretor Administrativo e Financeiro da URBS. 25/07/2013
- 410.00013.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, as cópias dos Contratos e Aditivos firmados entre a Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e o Instituto Curitiba de Informática (ICI), e com a Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial (DATAPROM), referente ao sistema de bilhetagem eletrônica de Curitiba. 23/07/2013
- 410.00012.2013 Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, seja encaminhado ofício ao Prefeito Municipal para que forneça relatório de todas as reclamações referentes ao transporte. 23/07/2013



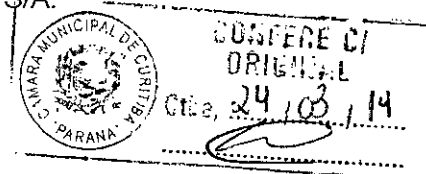
CONFERE CI
ORIGINAL

24/03/14

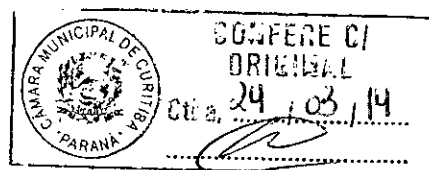
- público de Curitiba, registradas através da Central 156 (telefone e internet) no período referente a janeiro de 2012 até julho de 2013.
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes que seja aberta sessão para somente discutir pautas relacionados a diminuição da tarifa técnica e consequentemente a passagem pro usuário.
- 410.00099.2013 22/10/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam apresentadas planilhas relacionando das despesas mensais da URBS e do FUC.
- 410.00048.2013 22/08/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, informações sobre os membros da comissão citada no Ofício nº 272-EM/GTL de 20 de junho de 2013.
- 410.00047.2013 22/08/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba URBS.
- 410.00011.2013 22/07/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que os representantes das áreas financeira e jurídica da SETRANSP e da URBS sejam convidados a comparecer nesta Comissão.
- 410.00010.2013 22/07/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que as empresas concessionárias do transporte coletivo de Curitiba apresentem seus balanços anuais.
- 410.00009.2013 22/07/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas informações sobre as ações existentes ajuizadas pelas empresas concessionárias do transporte coletivo de Curitiba, pelos consórcios e pela SETRANSP contra a URBS.
- 410.00008.2013 22/07/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas, pelas empresas de transporte coletivo do Município de Curitiba e pelos consórcios, informações sobre a sua evolução patrimonial e endividamento.
- 410.00007.2013 22/07/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito Transporte Coletivo de Curitiba, que seja realizada "Diligência" na Empresa DATAPROM, para verificar "in loco" a situação dos equipamentos usados como reservas técnicas do sistema SBE, utilizados para a manutenção da bilhetagem eletrônica.
- 410.00082.2013 20/09/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo da Câmara Municipal de Curitiba:
- 410.00074.2013 20/09/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo que seja inquerido a URBS questionamentos sobre a renovação, ou não, da contratação do serviço da Dataprom.
- 410.00046.2013 20/08/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam encaminhados a DATAPROM os seguintes questionamentos.
- 410.00081.2013 19/09/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que solicite a URBS cópia do plano de contas padrão e do documento que comprova o encaminhamento do plano de contas padrão para as empresas contratadas.
- 410.00080.2013 19/09/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba seja expedido ofício à URBS.
- 410.00079.2013 19/09/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba seja requerido às empresas e consórcios, informações detalhadas sobre quais as áreas e terrenos destinados ao estacionamento dos ônibus que servem ao sistema atualmente.
- 410.00078.2013 19/09/2013
- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito o encaminhamento de
- 410.00077.2013 19/09/2013



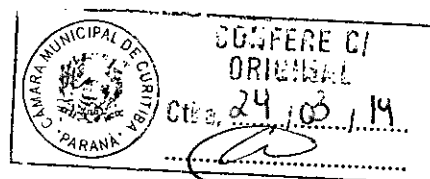
	ofício à Empresa DATAPRON, requerendo informações a respeito da quantidade de veículos "fantasmas", assim denominados por seu Diretor Sr. Alberto Mauad Abujamra, nos levantamentos promovidos pela empresa referida.	
410.00076.2013	Requer à CPI do Transporte Coletivo, que seja enviado convite ao Senhor: LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN, para comparecer a esta Comissão, para prestar depoimento.	19/09/2013
410.00073.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a empresa Dataprom informe qual é a margem de lucro no contrato firmado com o Instituto Curitiba de Informática - ICI.	19/09/2013
410.00072.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a empresa Dataprom forneça uma planilha contendo todos os contratos firmados com a URBS e a Prefeitura Municipal de Curitiba.	19/09/2013
410.00006.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba cópia dos Balanços Contábeis, acompanhada do Demonstrativo Financeiro das empresas que operam a Rede Integrada do transporte coletivo de Curitiba.	19/07/2013
410.00071.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte de Curitiba que seja solicitado à Junta Comercial do Paraná o nome dos sócios - Pessoas Físicas- das empresas que fazem parte do corpo societário das Concessionárias do Transporte Coletivo de Curitiba	18/09/2013
410.00004.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja especificado como foram utilizados os chassis Volvo.	18/07/2013
410.00070.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo que seja solicitado à URBS informações sobre o seguro SEGBus.	17/09/2013
410.00068.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja solicitado à URBS informações referentes ao custo da Vigilância nos terminais.	17/09/2013
410.00067.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam solicitadas cópias de todos as Ações Judiciais pela empresa Auto Viação Água Verde (CNPJ 76.524.412/0001-92)	17/09/2013
410.00066.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba o encaminhamento de ofício ao Setransp.	16/09/2013
410.00045.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo o encaminhamento de ofício a Sra. Cássia Ricardo de Aragão, para prestar esclarecimentos a esta CPI.	16/08/2013
410.00044.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo o encaminhamento de ofício a Sra. Marilena Winter para prestar esclarecimentos a esta CPI.	16/08/2013
410.00043.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba cópia do relatório contábil-financeiro apresentado pelo SETRANSP.	16/08/2013
410.00003.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte que seja estudado a contratação de auditores fiscais do transporte para auditar a verificação das planilhas que serão divulgadas pelas empresas do transporte coletivo.	15/07/2013
410.00002.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte que seja estudado a contratação de auditores fiscais do transporte para auditar números de usuários do transporte coletivo.	15/07/2013
410.00001.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte a cópia dos documentos fiscais, desde dezembro de 2012, da empresa que gerencia o transporte coletivo na capital, a URBS S/A.	15/07/2013



410.00063.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes que seja informado qual é a retirada mensal (pró-labore) dos sócios de todas as empresas mencionados nos contratos sociais que compõem os 3 consórcios.	13/09/2013
410.00042.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo a cópia do contrato e seus aditivos com as empresas de publicidade, seja as que operam dentro do ônibus e as que operam nos outdoors em pontos de ônibus e requer outros questionamentos.	13/08/2013
410.00041.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, que seja encaminhado pedido de informação a URBS solicitando quais servidores faziam parte da elaboração do edital da licitação, do contrato e dos aditivos da mesma licitação do transporte coletivo e que fazem parte do corpo efetivo da empresa atualmente.	13/08/2013
410.00040.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja solicitado à Junta Comercial do Paraná a identificação dos sócios das empresas concessionárias do Transporte Coletivo de Curitiba.	13/08/2013
410.00065.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a URBS apresente explicações sobre demora na liberação do conteúdo do sistema de bilhetagem eletrônica.	12/09/2013
410.00064.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas informações, pela URBS, sobre o sistema de bilhetagem eletrônica.	12/09/2013
410.00097.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo do Município de Curitiba que encaminhe ao presidente da Dataprom, Alberto Abujamra, os questionamentos abaixo, para esclarecimento.	10/10/2013
410.00062.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo que seja solicitado à URBS os dados temporais dos valores orçados e efetivamente pagos às empresas da forma que segue:	09/09/2013
410.00061.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja apresentado um relatório parcial dos trabalhos realizados pela CPI.	09/09/2013
410.00039.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba as informações de todos os ônibus utilizados no sistema de Curitiba nos últimos 15 anos.	08/08/2013
410.00038.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam convidados os Srs. Mário Nakatami Jr. e Oldinir Furman.	08/08/2013
410.00095.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que requeira ao Instituto Curitiba de Informática a documentação abaixo arrolada.	07/10/2013
410.00094.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a presença do Senhor Ivan Bonilha, ex- procurador do Município de Curitiba.	07/10/2013
410.00037.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba dados relativos ao serviço ATENDE.	07/08/2013
410.00036.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba dados relativos ao serviço SITES.	07/08/2013
410.00035.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba dados relativos ao serviço TURISMO.	07/08/2013
410.00033.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Público de Curitiba a quebra do sigilo fiscal das empresas que prestam serviço de transporte público municipal e de seus sócios, mediante requisição de envio das declarações de imposto sobre a renda apresentados pelas pessoas jurídicas e por cada um de seus sócios à Receita Federal a partir de 2008.	07/08/2013



410.00032.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba solicite à Junta Comercial do Paraná informações sobre a composição societária atual e pretérita de cada uma das pessoas jurídicas que prestam serviço de transporte público municipal.	07/08/2013
410.00031.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que solicite à URBS a relação completa, com placa e RENAVAL, de todos os ônibus utilizados no transporte público em Curitiba.	07/08/2013
410.00030.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a convocação do Sr. Wanderlei S. Lima, representante da empresa Enterhelp, para prestar esclarecimentos.	07/08/2013
410.00029.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, o encaminhamento de ofício ao Sr. Alberto Mauad Abujamra, para prestar esclarecimentos à esta CPI.	07/08/2013
410.00028.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, o encaminhamento de ofício aos Srs. Marcos Valente Isfer, Fernando Gignone e Antonio Carlos Araújo para prestarem esclarecimentos à esta CPI.	07/08/2013
410.00027.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, o encaminhamento de ofício aos Srs. Jacson Carvalho Leite e Renato José de Almeida Rodrigues, convocando para prestarem esclarecimentos do interesse da CPI.	07/08/2013
410.00034.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, que seja inquerido a pessoa responsável da URBS que seja respondida as seguintes questões:	06/08/2013
410.00059.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba informações à URBS sobre a implantação de painéis luminosos (PMV) pertencentes ao sistema integrado de monitoramento.	05/09/2013
410.00058.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a identificação dos membros integrantes de Comissão de Licitação.	04/09/2013
410.00057.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a URBS envie cópia de processos licitatórios.	04/09/2013
410.00056.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba cópia de todos os contratos feitos pela URBS e pelo Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC.	04/09/2013
410.00055.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, que sejam tomadas as providências necessárias para a convocação urgente dos Srs. Rodrigo Binotto Grevetti, Luiz Filla, Fernando Ghignone e Marcos Isfer e da Sras. Marilena Winter e Cássia Ricardo de Aragão.	04/09/2013
410.00091.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito URGENTES pronunciamentos do Sr. Roberto Gregório da Silva Junior, Presidente da URBS, a respeito do Contrato de Manutenção do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba, firmado com a Dataprom, expirado em 29/08/2013.	03/10/2013
410.00090.2013	Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a presença do presidente do SETRANSP na acareação a ser realizada entre as empresas Dataprom e Enterhelp.	02/10/2013

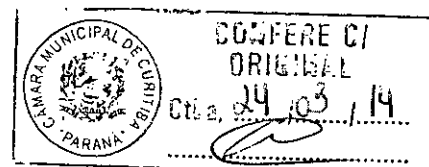


3.2 DO RESUMO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Todas as Atas¹ das reuniões ordinárias e extraordinárias em seu inteiro teor seguem anexas ao presente relatório.

Em 04/07/2013 foi realizada a 2ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, sendo que o Presidente, Vereador Jorge Bernardi iniciou os trabalhos e passou a palavra para o Presidente da URBS, Senhor Roberto Gregório da Silva Júnior. Na presente reunião foi procedida a entrega do Relatório da Comissão de Análise da Tarifa do Transporte Coletivo redigido após quatro meses de trabalhos, que contém 750 páginas, e apresenta cento e cinco sugestões para aperfeiçoar o sistema e reduzir os custos da rede integrada de Curitiba e região. Na reunião também foi ouvido o Professor Lafaiete Neves, que participou da Comissão de Análise da Tarifa e apontou que a tarifa pode cair trinta e sete centavos, se for discutida, imediatamente, a cobertura da gratuidade por quem a concede, e destacou distorções históricas que não foram atualizadas desde a década de 80. O Presidente da Urbs, Sr. Roberto Gregório da Silva Júnior afirmou que dentre as recomendações do Relatório estão três principais pontos: Auditoria, Integração e Processo Licitatório. Segundo o Presidente da URBS, a Auditoria demandaria uma análise mais técnica, bem como uma série de providências administrativas por parte da URBS. No que se refere à Integração, foi ressaltado que é necessário aprimorar sistema de governança, sendo que a responsabilidade do transporte metropolitano, de características urbanas é do governo do Estado e o transporte urbano de responsabilidade do município de Curitiba. Lembrou que há nessa integração mais treze municípios que são atores nesse processo, sendo necessário um processo licitatório dessas linhas, que fazem parte da rede integrada, com a constituição de um modelo de governança com a participação da sociedade e a adoção de um sistema tarifário adequado para essa integração. Quanto ao processo licitatório, o Presidente da URBS ressaltou que a concessão do transporte coletivo não está bom para as empresas e nem para a sociedade, razão pela qual deveria ser repensado, fazendo-se uma reflexão sobre esses aspectos. Em suas considerações o Sr. Lafaiete Neves afirmou que o relatório foi feito somente com a análise dos itens da planilha de custos, sem acesso aos gastos reais das empresas, sendo que nem a URBS tem acesso a tais dados. Somente agora, com a ameaça de notificação judicial pela URBS é que as empresas

¹ Atas das Reuniões realizadas.

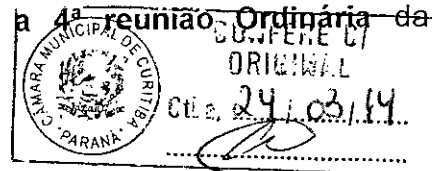


estão entregando parcialmente os relatórios. Na opinião do Sr. Lafaiete a recusa na entrega dos relatórios configura quebra de contrato de forma unilateral por parte dos empresários, já que não podem negar informações ao Poder concedente. Outro aspecto levantado pelo Sr. Lafaiete, foi a cláusula de barreira imposta pelo Edital de Licitação, prejudicial ao interesse público, onde empresas com menos de vinte e cinco anos de experiência no modal tecnológico de Curitiba não puderam participar da licitação. Ao final, o Sr. Lafaeite concluiu pela necessidade de Auditoria independente para atualização de parâmetros da tarifa.

Em 15/07/2013 foi realizada a 1ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas e quinze, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, foi ouvido o Sr. Luís Filla, engenheiro da URBS, apresentou panorama geral sobre o processo licitatório e sistema operacional do Transporte Coletivo de Curitiba, esclarecendo que as informações também estão disponíveis à população no site da Urbs; prosseguindo, prestou esclarecimentos sobre a relação entre a tarifa técnica e o orçamento da Urbs, justificando os ajustes à mesma. Após sua explanação, o engenheiro Luis Filla foi questionado pelos membros da comissão no que se refere à licitação do transporte coletivo e sobre a planilha de custos. Em seguida, foi encerrada a reunião em decorrência da manifestação injuriosa e ofensiva que resultou em agressão física e moral ao Engenheiro Luis Filla, por parte de uma integrante do Movimento Passe Livre, convocando-se outra, Ordinária, para quinta-feira, dia dezoito de julho, às quatorze horas.

Em 18/07/2013 foi realizada a 3ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, foram ouvidos o Sr. Luís Filla, engenheiro da URBS e o Sr. Antônio José Vellozo, representante do SETRANSP, sendo que inicialmente foi concedida a palavra ao Vereador Paulo Salamuni que procedeu a leitura de Nota de Desagravo da Presidência da Câmara Municipal de Curitiba, em favor do Engenheiro Luis Filla, ante o comportamento reprovável de integrante do Movimento Passe Livre, ocorrido na última reunião da CPI neste Plenário. Em seguida, foi concedida a palavra à Senhora Ana Milléo, responsável da área de gestão de pessoas da Urbs, que fez a leitura e entrega de Manifesto do Corpo Gerencial da Urbs e do abaixo-assinado de funcionários, em defesa de acusações referente à existência de caixa-preta na Urbs, ainda foi ouvido o Dr. Orivan Pedro Bodanese, advogado e secretário-geral do SETRANSP.

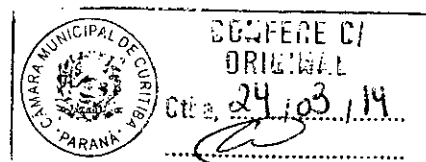
Em 25/07/2013 foi realizada a 4ª reunião Ordinária da



Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, foram ouvidos o Senhor Dante Gulin, Presidente do Sindicato das Empresas do Transporte Coletivo, que fez a entrega à CPI de um trabalho de vinte e quatro meses, onde foram feitos três levantamentos: *1) Que levantasse a situação atual do sistema de mobilidade em Curitiba;* *2) O segundo trabalho era que apresentação sugestão, sem grandes custos, para que houvesse modificação dentro da mobilidade do tráfego de Curitiba;* *3) E o terceiro trabalho é que fizesse uma sugestão geral de como podemos fazer o transporte de Curitiba um transporte eficiente, ágil e seguro.* Em seguida iniciou-se o depoimento do Doutor Sacha Breckenfeld Reck, que fez uma explanação sobre a tarifa técnica do Transporte Coletivo da Cidade de Curitiba e foi arguido pelos vereadores. Posteriormente foi concedida a palavra a Deputada Celina Leão que fez algumas denúncias, prestou informações e procedeu a entrega de documentos à CPI. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Sacha Reck para que exercesse o contraditório das acusações a ele imputadas e, depois voltou a responder às perguntas dos vereadores, auxiliado pelo Sr. Antônio José Vellozo.

Em 1º/08/2013 foi realizada a 5ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, foi ouvido o Doutor Rodrigo Binotto Grevetti, Diretor de Transporte da URBS que sob juramento, iniciou explanação sobre a metodologia do cálculo da tarifa técnica do transporte coletivo de Curitiba e passou às mãos do Presidente da CPI, cópia do Contrato do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Transporte Coletivo de Curitiba. Em seguida foram feitos os questionamentos pelos vereadores ao Doutor Rodrigo Binotto Grevetti. Ao final foi concedido o contraditório ao Sr. Sacha Reck, já que seu nome havia sido citado pelo Doutor Rodrigo Binotto Grevetti.

Em 05/08/2013 foi realizada a 2ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às onze horas e trinta, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, sendo que a reunião foi especialmente convocada para deliberação de requerimentos encaminhados à CPI, informou ainda que na próxima reunião estarão presentes os representantes do Sindicato dos Engenheiros para explicar sobre a Ação Popular contra o Edital que gerou esta CPI. Também foi votada e aprovada proposta de diligência junto à Secretaria de Finanças para a próxima sexta-feira, dia 9 de agosto. Em seguida, passou-se à deliberação dos seguintes requerimentos encaminhados à CPI, lidos pelo Vereador Bruno Pessuti: nºs: 410.00015.2013 e 410.00016.2013, foram retirados em virtude da diligência aprovada anteriormente. Os requerimentos de nºs.:

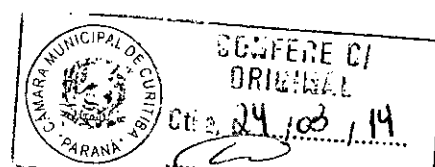


410.00017.2013; 410.00018.2013; 410.00019.2013; 410.00020.2013; 410.00021.2013; 410.00022.2013; 410.00024.2013; 410.00025.2013; 410.00026.2013; 410.00027.2013; 410.00028.2013; 410.00029.2013 e 410.00030.2013 foram aprovados. O Vereador Mauro Ignacio questionou o prazo para as respostas e entrega de documentos à CPI, sendo estabelecido pelo Senhor Presidente o prazo de quinze dias. O Vereador Chico do Uberaba, destacando o prazo que a Comissão tem para realizar seu trabalho, sugeriu que a partir desta data sejam feitas convocações e não mais convites. Ainda foi lido e deliberado pela presidência o Ofício da Central de Projetos Sociais, Carta de Solicitação. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Vereadores presentes para considerações pessoais, bem como, debater a questão do espaço para a realização das próximas reuniões. Ficaram designados os Vereadores Chico do Uberaba, Cristiano Santos e Geovane Fernandes, na qualidade de Membros da Comissão de Segurança da Casa, para analisar a questão do espaço e a melhor alternativa. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, para quinta-feira, dia oito de agosto, às nove horas.

Em 08/08/2013 foi realizada a 6ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, onde participaram da Mesa as testemunhas: Dra. Clair Flora Martins, Advogada trabalhista; Senhor Lafaiete Santos Neves, Professor; Senhor Valdir Aparecido Mestrine, Presidente do Sindiurbano e Valter Fanini, Diretor Financeiro do Sindicato dos Engenheiros do Paraná.

Em 09/08/2013 foi realizada a 3ª reunião Extraordinária, reunião esta de Diligência da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada na Secretaria Municipal de Finanças, às nove horas e trinta minutos, onde foi ouvida a Senhora Eleonora Bonato Fruet, Secretária de Finanças do Município de Curitiba, que ressaltou a importância da criação desta CPI, e explanou sobre os aspectos tributários envolvendo as empresas de transporte coletivo e o ISS, esclarecendo que, de acordo com auditoria realizada, ficou demonstrado que houve incorreções na base de cálculo para tributação do ISS, e que as doze empresas envolvidas nessa questão foram intimadas e estão passando por averiguações.

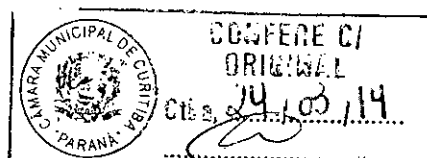
Em 16/08/2013 foi realizada a 4ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e vinte, onde participaram da Mesa as testemunhas Senhores Valmir Monbach e Vinícius Luiz Gapski, Assessores Técnicos do Setransp - Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba, que entregaram à Mesa os Relatórios por Consórcio e Demonstrativos Contábeis



/ Financeiros Combinados. Em seguida, o Senhor Valmir Monbach apresentou, por meio de datashow, informações sobre os trinta e dois meses da concessão do Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Curitiba, relacionou os Consórcios Pontual, Transbus e Pioneiro como gerenciadores de onze empresas operadoras, fez esclarecimentos sobre os demonstrativos contábeis combinados por consórcio, relatório dos balancetes analíticos, demonstrativo de receitas e despesas e balanço patrimonial. O Senhor Vinícius Luiz Gapski falou do compromisso em trazer os esclarecimentos solicitados e também mostrou-se disposto a responder adequadamente as dúvidas.

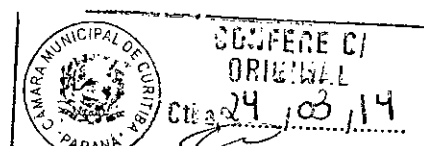
Em 19/08/2013 foi realizada a 5ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas e dez, onde o Senhor Presidente colocou em discussão a diligência a ser realizada no dia vinte e nove de agosto, às nove horas, na Urbs, para sanar dúvidas sobre o funcionamento da bilhetagem eletrônica e palmtops (PDA) adquiridos pela instituição. Foi aparteado pelos Vereadores: Chico do Uberaba, Professora Josete, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Cristiano Santos, Bruno Pessuti e Chicarelli. A diligência proposta pelo Presidente foi aprovada. O Presidente colocou o próximo assunto em pauta, solicitando a opinião dos Senhores Vereadores sobre o encaminhamento, à Receita Federal, dos documentos entregues pela Setransp à CPI. Foi aparteado pelos Vereadores: Professora Josete, Serginho do Posto, Valdemir Soares e Chico do Uberaba. Em seguida, passou-se à deliberação dos seguintes requerimentos: nºs: 410.00031.2013 ao 410.00033.2013; 410.00035.2013 ao 410.00037.2013; 410.00039.2013 ao 410.00042.2013 e 410.00045.2013. Foram aprovados. O requerimento nº410.00044.2013 ficou prejudicado em virtude de similaridade com outro já aprovado anteriormente. O requerimento nº410.00043.2013 será encaminhado à Presidência desta Casa para deliberação. O Senhor Presidente falou da importância de se contratar uma equipe de contadores para auditar os documentos recebidos pela CPI e encerrou a reunião.

Em 22/08/2013 foi realizada a 7ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Chicarelli, que comentou a respeito do Relatório do Setransp, entregue a esta Comissão de Inquérito na última reunião, aduzindo que verificou gastos que considera excessivos em relação a alguns investimentos, aquisição de imóveis, retiradas para pagamento de pró-labore, aquisição de brindes, gastos com viagens e confraternizações, entre outros; a seguir, comunicou que a equipe de seu gabinete parlamentar está elaborando um relatório que será entregue aos integrantes

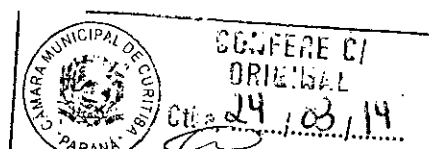


desta CPI e à imprensa. O Vereador Bruno Pessutti procedeu a leitura de Ofício do Setransp, nº057/2013, referente à última reunião da CPI. O Vereador Valdemir Soares fez comentários a respeito do teor do Ofício lido, sugerindo que os depoentes sejam novamente convidados para que os questionamentos feitos anteriormente sejam sanados. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, em seguida, colocou em discussão as Atas da 3ª e 4ª Reuniões Extraordinárias e 6ª Reunião Ordinária, que foram aprovadas. O Senhor Presidente convidou para fazer parte da Mesa o Senhor Edmundo Rodrigues da Veiga Neto, ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Urbs. Em seguida, foi tomado o juramento da testemunha e feitas as advertências de praxe, sendo-lhe concedida a palavra. Inicialmente o Senhor Edmundo Rodrigues da Veiga Neto colocou-se à disposição da Comissão para prestar os esclarecimentos devidos. Foi arguido pelos vereadores presentes. Foi suspensa a reunião e, após reaberta, o Senhor Presidente convidou o testemunha Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners, Diretor Administrativo e Financeiro da Urbs, para fazer parte da Mesa. Em seguida, foi tomado o juramento da testemunha e feitas as advertências de praxe, sendo concedida a palavra à testemunha, que foi arguida pelos Vereadores.

Em 29/08/2013 foi realizada a 6ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às onze horas, na sede da Urbs, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente. Foi declarada aberta a 2ª Reunião de Diligência externa da CPI, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chicarelli, Chico do Uberaba, Noemia Rocha, Mauro Ignacio, Professora Josete, Cristiano Santos, Geovane Fernandes, Paulo Rink e Tiago Gevert. O Senhor Roberto Gregório, Presidente da Urbs, deu as boas vindas à Comissão, colocando-se à disposição para esclarecer e auxiliar na apuração de todos os fatos. O Senhor Presidente declarou aberta a 2ª Reunião de Diligência, ressaltando que esta CPI veio, em missão especial, fazer investigação nos setores de Fiscalização e Cadastro, no Centro de Controle Operacional de Curitiba e no Setor da Área de Tecnologia da Informação; a seguir, informou que o Vereador Tiago Gevert substituirá, a partir desta data, o Vereador Toninho da Farmácia nesta Comissão. Com a palavra os Vereadores: Valdemir Soares agradeceu à Urbs pela gentileza de abrir suas portas, disponibilizando o acesso aos documentos, contratos, planilhas e outras informações necessárias, viabilizando o trabalho desta Comissão. Chico do Uberaba questionou sobre a prorrogação do contrato da Dataprom. A seguir, a Comissão dirigiu-se ao Departamento de Fiscalização e Cadastro para fazer a verificação "in loco" dos 750 computadores de mão, PDAs, onde foram informados que os mesmos foram comprados

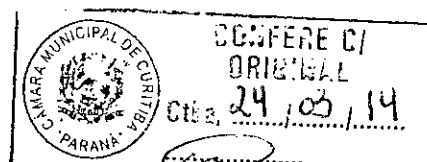


pela Urbs em janeiro de 2012 e entregues em novembro do mesmo ano, no valor aproximado de três milhões, setecentos e cinquenta e um mil reais, porém ainda não foram utilizados devido à falta de software, o qual está sendo desenvolvido pela própria Urbs. Prosseguindo, a Comissão visitou o Centro de Controle Operacional, que obtém imagens, em tempo real, do que acontece em estações tubo, terminais e ruas da Cidade; em seguida, visitou a Área de Tecnologia da Informação, onde foi avaliado o funcionamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, que controla a compra, venda e utilização de créditos transporte. Dando continuidade, no auditório, o Senhor Presidente da Urbs foi arguido pelos Vereadores: Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Professora Josete, Chicarelli, Geovane Fernandes, Noemia Rocha, Tiago Gevert e Jorge Bernardi, no que foram esclarecidos. Em seguida, ao encerrar a 2ª Reunião de Diligência, o Senhor Presidente da CPI deu início, nas dependências da Urbs, à reunião administrativa da CPI, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Chicarelli, Geovane Fernandes e Professora Josete, Tiago Gevert e Noemia Rocha. Usaram da palavra os Vereadores: Valdemir Soares solicitou visita ao Departamento Pessoal e Financeiro da Urbs, assim como cópia dos documentos demandados. Chico do Uberaba informou que realizou, juntamente com o Vereador Jorge Bernardi, visita à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia vinte e três de agosto, para trocar informações sobre as licitações do transporte coletivo de Curitiba e de Brasília. Bruno Pessuti solicitou cópia dos nomes dos funcionários da Urbs. Geovane Fernandes questionou sobre quais empresas participaram da licitação para compra dos PDAs. Em discussão o requerimento do Vereador Valdemir Soares para continuação da diligência no período da tarde. Em votação. O requerimento foi aprovado, com voto contrário do Vereador Geovane Fernandes. Encerrada a reunião administrativa, ficaram designados os Vereadores Valdemir Soares e Chicarelli para darem prosseguimento à diligência no período da tarde. Às quatorze horas, retornaram às dependências da Urbs para dar continuidade aos trabalhos da diligência iniciados pela manhã, os Vereadores Valdemir Soares e Chicarelli, que foram convidados pelo Senhor Edson Barboza, Controlador da Urbs, para dirigirem-se até a Unidade de Suprimentos USS para fazerem a verificação "in loco" dos contratos. Participaram da diligência os Senhores: Roberto Gregório da Silva Junior, Presidente da Urbs; Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meners, Diretor Administrativo e Financeiro da Urbs; Rodrigo Binotto Grevetti, Diretor de Transporte e Senhora Cassia Ricardo de Aragão, Coordenadora da Unidade de Suprimentos. O Vereador Valdemir Soares solicitou a planilha de contratos dos consórcios operadores do



transporte coletivo da Cidade de Curitiba no período de 2006 a 2013. O Senhor Roberto Gregório da Silva Junior, solicitou ao Vereador Valdemir Soares que formalizasse o requerimento para demonstração dos mesmos. Foi feito o requerimento manuscrito pelo Vereador Valdemir Soares. Dando continuidade, os Vereadores dirigiram-se até a sala de Reunião para averiguação dos contratos. A senhora Cássia Ricardo de Aragão informou que os contratos estão subdivididos em dezesseis caixas que poderão ser manuseadas pelos mesmos. Foi arguida pelos Vereadores a respeito de informações técnicas e processuais. A seguir os Vereadores Valdemir Soares e Chicarelli verificaram os Processos: Termo de Cooperação Técnica de Araucária entre Urbs e CMTC de Araucária; Sistema de Bilhetagem Eletrônica; Contrato de Segurança com a Empresa Metropolitana. O Vereador Valdemir Soares finalizou, agradecendo a presença de todos e convocando outra diligência, para segunda-feira, dia dois de setembro, às quatorze horas, para dar prosseguimento a verificação dos contratos e, posteriormente, ao arquivo morto da Urbs, e encerrou a reunião de diligência.

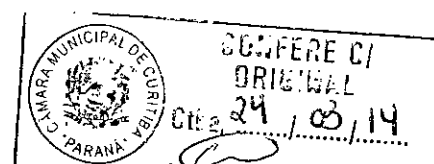
Em 05/09/2013 foi realizada a 8ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e trinta, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente convidou o Doutor Roberto Gregório da Silva Junior, Presidente da Urbs, para proceder a entrega de relatório parcial da Comissão de Auditoria do Transporte Coletivo à Comissão Parlamentar de Inquérito; em seguida, o Presidente da Urbs registrou que a Comissão de Auditoria constatou divergências entre o texto do edital de licitação que foi analisado pelo jurídico da Urbs e a versão final do edital que foi publicado, referiu que o trabalho da Comissão de Auditoria é de cunho técnico e objetiva constatar fatos; informou que o relatório foi entregue ao Prefeito que determinou que o mesmo fosse encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito deste Legislativo, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público; por fim, informou que no âmbito administrativo, o relatório foi encaminhado à Procuradoria da Urbs para providências. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou à Procuradoria Jurídica desta casa que proceda a análise do aludido relatório, mediante parecer que indique as medidas cabíveis. Posteriormente, o Senhor Presidente convidou o Senhor Mário Nakatani Junior para breve exposição sobre suas atribuições na direção daquele departamento, esclarecendo que o mesmo será ouvido na condição de investigado e não de testemunha. O Senhor Mário Nakatani cumprimentou os presentes e esclareceu que assumiu a Diretoria do Departamento de Rendas Mobiliárias no mês de junho de 2008, permanecendo no cargo até o mês de fevereiro de 2013; disse que as principais atribuições da Diretoria são a gestão do ISS e a expedição de alvarás comerciais. Foi



questionado pelos Vereadores presentes. Posteriormente, o Senhor Presidente reabriu a Reunião às quatorze horas, que havia sido suspensa, convidando o Senhor Oldinir Fuman, Gerente de Divisão da Secretaria de Finanças do Município de Curitiba para fazer parte da Mesa, esclarecendo que o mesmo será ouvido na condição de investigado e não de testemunha. Com a palavra, o Senhor Oldinir Furman disse que é funcionário da Prefeitura de Curitiba há mais de trinta anos, e que está à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito para qualquer esclarecimento. A seguir, foi inquerido pelos Vereadores presentes.

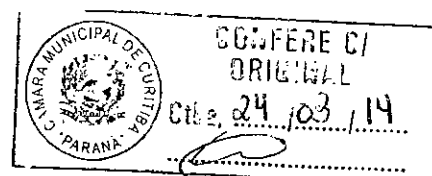
Em 10/09/2013 foi realizada a 7ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às doze horas e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente informou que o prazo da CPI encerra-se no dia 28 de setembro e ainda faltam dezessete pessoas para serem chamadas. A seguir, colocou em discussão a sugestão de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo por mais trinta dias. Em votação foi aprovada a sugestão de prorrogação por mais 30 dias. A seguir, foram discutidos, votados e aprovados os requerimentos, dos Vereadores: Chicarelli, nº410.00046.2013; Professora Josete, nº410.00047.2013 e nº410.00055.2013; Valdemir Soares, nº410.00048.2013; Paulo Rink, nº410.00049.2013, nº410.00050.2013 e nº410.00051.2013; Geovane Fernandes nº410.00052.2013; Mauro Ignacio, nº410.00053.2013; Valdemir Soares, nº410.00056.2013; Chicarelli e Valdemir Soares, nº410.00057.2013; diversos Vereadores, nº410.00058.2013; Chico do Uberaba, nº410.00059.2013; Bruno Pessuti, nº410.00062.2013. O Requerimento nº410.00061.2013, que tratava de apresentação de pré-relatório, do Vereador Valdemir Soares, foi prejudicado. A seguir, o Senhor Presidente encerrou a reunião administrativa.

Em 12/09/2013 foi realizada a 9ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e dez, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente leu ofícios enviados pela Urbs a esta Comissão: P504/2013, CD com relatórios contábeis das empresas operadoras do serviço de transporte coletivo da RIT- Rede Integrada do Transporte, relativo ao período de 2010 a 2013, conforme requerimento do Vereador Bruno Pessuti; Ofício P631/2013, sobre informações solicitadas pela Vereadora Professora Josete, onde constam todos os ônibus cadastrados na Frota do Sistema Urbano e Metropolitano Integrado; Ofício P632/2013, sobre Relatórios da frota de ônibus do Sistema Urbano e Metropolitano incorporados desde 1998 até agosto de 2013; Ofício P615/2013, sobre demonstrações contábeis dos exercícios de 2008 a 2012 da Urbs,



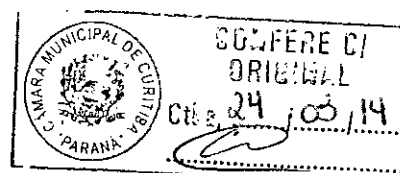
relativo aos últimos cinco anos; Ofício P630/2013, sobre cópia do anexo XIII do contrato de gestão entre a Urbs e o ICI e Ofício P609/2013, sobre cópia do Manual de Especificações da Frota, revisão 18, que define as características para as carrocerias e chassis dos ônibus do sistema de transporte urbano e metropolitano de Curitiba. O Senhor Presidente comunicou que os Senhores Wanderlei Lima, Diretor Proprietário da Empresa Enterhelp, Alberto Mauad Abujamra e o advogado Bihl Elereian Zanetti prestarão depoimentos a esta Comissão, informando que os mesmos deverão respeitar o Artigo 203, do Código Penal. O Vereador Serginho do Posto procedeu a leitura de Ofícios: nº11/2013, a manifestação do Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos Municipais de Curitiba e nº124/2013, sobre atestado odontológico do Senhor Alberto Mauad Abujamra. Com a palavra o Senhor Wanderlei Lima relatou que a empresa presta serviços e oferece manutenção de equipamentos do sistema de bilhetagem eletrônica, semaforicos e computadores, regulagem de sensores e cabeamentos; prosseguindo, disse que a Enterhelp promove também em campo a reparação em laboratório, serviços de engenharia e implantação de sinalização semaforica, e operação da central de controle de tráfego e serviços de assistência técnica em laboratório. Foi arguido pelos Vereadores presentes. O Senhor Wanderlei Lima apresentou à CPI as ordens de serviços acumuladas durante o período em que fez a manutenção do sistema de bilhetagem da Urbs. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença do convidado e, dando prosseguimento, passou-se à deliberação dos seguintes requerimentos: nº410.00064.2013 e nº410.00065.2013, do Vereador Valdemir Soares, em votação, foram aprovados. Os Vereadores: Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares e Chico do Uberaba apresentaram sugestão para realização de reunião extraordinária da CPI na próxima quarta-feira, dia dezoito, às dezoito horas, para receber o Senhor Alberto Mauad Abujamra, o que em votação foi aprovada.

Em 17/09/2013 foi realizada a 8ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às doze horas e quinze, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente informou que será acatada a sugestão da Procuradoria Jurídica desta Casa, para que todos os convocados sejam ouvidos como testemunhas e, em seguida, informou a programação das reuniões da Comissão nesta semana: quarta-feira, 18 de setembro, às dezoito horas, com a presença do Senhor Alberto Mauad Abujamra, Presidente da Dataprom; quinta-feira, 19 de setembro, às nove horas, com a presença do Senhor Marcos Valente Isfer, ex-Presidente da Urbs e na sexta-feira, 20 de setembro, às nove horas, com a presença do Senhor Fernando Ghignone, ex-Diretor de Transporte da Urbs; prosseguindo, reportou-se



à divulgação na mídia de que o Tribunal de Contas chegou a conclusão de que houve fraude na licitação do transporte coletivo e que hoje divulgará o relatório recomendando a anulação desta licitação. Foi concedida a palavra aos Vereadores: Chico do Uberaba pediu cautela aos membros da Comissão na divulgação de possibilidades de redução de valor da tarifa, antes das conclusões dos trabalhos da CPI. Professora Josete questionou se a Comissão já recebeu da Urbs os relatórios gerenciais solicitados verbalmente e reforçou que os Vereadores não podem fazer afirmações precipitadas, antes da conclusão dos trabalhos desta CPI, pois as divulgações criam expectativas na população. Paulo Rink solicitou que o tempo limite disponibilizado a cada Vereador nos questionamentos aos convocados seja respeitado para que a condução da reunião seja efetiva e organizada. Serginho do Posto reportou-se aos quatro eixos de investigação, fazendo breve explanação sobre os mesmos e, na sequência, enfatizou a importância de se aguardar o relatório final da Comissão para divulgação da investigação. Valdemir Soares disse que algumas declarações são motivadas pela ansiedade de demonstrar o trabalho efetivo da CPI, ensejando que o relatório final desta Comissão possa apresentar uma proposta de melhorias no transporte coletivo, bem como, a redução da tarifa. A seguir, foram discutidos, votados e aprovados os requerimentos de diversos Vereadores, nº410.00066.2013 e do Vereador Chicarelli, 410.00063.2013. Não havendo mais matéria, o Senhor Presidente encerrou a reunião administrativa.

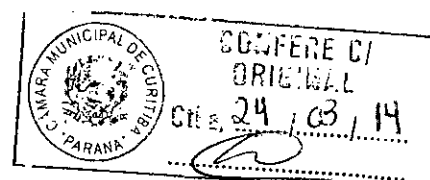
Em 18/09/2013 foi realizada a 9ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às dezoito horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente. O Senhor Presidente informou que, conforme o Art.203 do Código Penal, os depoentes estarão sob juramento. Foi concedida a palavra ao Senhor Alberto Mauro Abujamra que, inicialmente, esclareceu a respeito dos contratos que a Dataprom tem, sendo um com o ICI, iniciado em 18 de setembro de 2009, com duração de 48 meses, tendo seu término em 19 de setembro de 2013, e outro com as empresas de ônibus, iniciado em 29 de fevereiro de 2012, com dezoito meses de duração; prosseguindo, explanou sobre as diferenças contratuais entre as empresas Dataprom e Enterhelp junto às empresas de ônibus; informou que toda a documentação será entregue aos componentes da CPI; afirmou que o proprietário da empresa Enterhelp forneceu informações equivocadas a esta CPI, e que apresentará prova de ilegalidade junto a referida empresa; alegou também que o advogado Sacha Reck prestou informações sem procedência. O Senhor Carlos Gustavo Brand, Diretor Técnico Operacional da Dataprom, prestou esclarecimentos sobre a instalação de bordas sem catraca. Foram inquiridos pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho



do Posto, Valdemir Soares, Cristiano Santos, Chico do Uberaba. O Senhor Presidente suspendeu a Reunião. Reaberta a Reunião, o advogado da Empresa Dataprom, Marcelo Paste, também fez o juramento legal e, em seguida, os Senhores Vereadores retomaram os questionamentos, usando da palavra os Vereadores: Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Tiago Gevert, Noemia Rocha, Mauro Ignacio, Chicarelli e Rogério Campos. Foi exibida reportagem da Rede Paranaense de Comunicação sobre o ICI. A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Alberto Mauro Abujamra que fale sobre o código fonte, no que foi esclarecido pelo depoente. Dando continuidade, foram deliberados os seguintes requerimentos: do Vereador Valdemir Soares, nº410.00072.2013 e nº410.00073.2013 e do Vereador Tiago Gevert nº410.00074.2013. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando outra, para amanhã, dia dezenove de setembro.

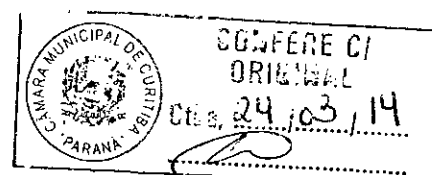
Em 19/09/2013 foi realizada a 10ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e quinze, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba. O Senhor Presidente convidou o Senhor Marcos Isfer, ex-Presidente da Urbs e seu Advogado a fazerem parte da Mesa. Dando início ao depoimento, o Senhor Presidente tomou o juramento dos convidados, conforme o Artigo 203 do Código Penal Brasileiro. Com a palavra, o Senhor Marcos Isfer cumprimentou os presentes e disse que tem acompanhado os trabalhos desta CPI; procedeu a leitura de esclarecimentos em resposta à veiculação de nota, pela mídia, sobre auditoria realizada junto à Urbs, por parte de uma Comissão designada pelo atual Prefeito; finalizou colocando-se à disposição para quaisquer dúvidas. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Valdemir Soares. Foi suspensa a Sessão com previsão de retorno às 14 horas e trinta minutos. Reaberta a Sessão, Prosseguindo ainda arguiram os Vereadores: Mauro Ignacio, Noemia Rocha, Chicarelli, Professora Josete, Paulo Rink, Rogério Campos e Bruno Pessuti. Assumiu a presidência o Vereador Serginho do Posto, Vice-Presidente. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia 26 de setembro, às 9 horas.

Em 20/09/2013 foi realizada a 10ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e quinze, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente cumprimentou os presentes e convidou os Senhores Fernando Ghignone, ex-Diretor de Transporte da Urbs e seu Advogado, Senhor Marlos Arns Oliveira, a fazerem parte da Mesa. Dando início ao depoimento, o Senhor Presidente tomou o juramento do convidado, conforme o



Artigo 203 do Código Penal Brasileiro e concedeu a palavra ao Senhor Fernando Ghignone que cumprimentou os presentes; a seguir, fez explanação sobre o Edital de Licitação do Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba publicado em 2009, ressaltando que esse processo durou cerca de quatro anos e que a Comissão de Licitação cumpriu com todas as exigências legais, dando ciência do processo, antes da publicação, ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, além de amplo debate com todos os segmentos da sociedade e Câmara Municipal de Curitiba. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Tiago Gevert, Chicarelli, Noemia Rocha e Professora Josete. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

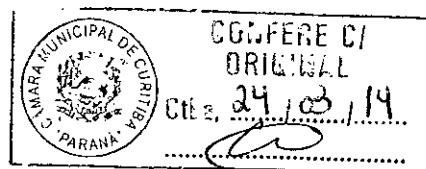
Em 26/09/2013 foi realizada a 11ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e cinquenta e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente registrou que a presente reunião tem por objetivo ouvir, na condição de testemunha, a Doutora Marilena Indira Winter, e passou-lhe a palavra. A Doutora Marilena Indira Winter afirmou que não poderá prestar o juramento, em virtude do que consta no Art. 207 do Código de Processo Penal e da Lei 8.906 de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil; por fim, registrou que o seu compromisso é com a verdade. O Senhor Presidente suspendeu a reunião para deliberação dos integrantes da CPI. Reaberta a reunião, fez uso da palavra o Doutor Rodrigo Campos Baptista, que esclareceu o posicionamento da Procuradoria deste Legislativo. O Senhor Presidente declarou que a Doutora Marilena Indira Winter será ouvida na condição de investigada, e passou a palavra ao Doutor Eduardo Rocha de Carvalho, da Comissão de Prerrogativas da Seccional da OAB do Paraná. O Doutor Eduardo Rocha de Carvalho demonstrou sua preocupação em relação à decisão do Senhor Presidente da CPI, citando o Art. 133 da Constituição da República, os Artigos 207 e 214 do Código de Processo Penal e o Art. 25 do Código de Ética e Disciplina do Advogado. O Senhor Presidente suspendeu a reunião para deliberação dos integrantes da CPI. Reaberta a reunião, o Senhor Presidente declarou que a Doutora Marilena Indira Winter será ouvida na condição de informante. Ato contínuo, a Doutora Marilena Indira Winter foi inquirida pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Chicarelli, Geovane Fernandes, Professora Josete, Tiago Gevert e Paulo Rink. O Vereador Bruno Pessuti leu o Requerimento nº410.00032.2013, do Vereador Chico do Uberaba, cujo objeto é a realização de diligência desta CPI à empresa Dataprom, que foi aprovado. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião,



convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia três de outubro, às 9 horas.

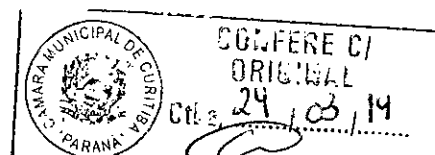
Em 30/09/2013 foi realizada a 11ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às doze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba. Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Chicarelli, Professora Josete, Paulo Rink, Mauro Ignacio, Tiago Gevert e Noemia Rocha. A seguir, foram discutidos, votados e aprovados os requerimentos de diversos Vereadores, nºs: 410.00087.2013, 410.00086.2013 e 410.00088.2013 e do Vereador Chicarelli nºs 410.00084.2013 e 410.00085.2013. O Vereador Bruno Pessuti procedeu a leitura do Projeto de Lei sobre o Passe Livre de autoria da Frente de Luta pelo Transporte Público, recebido por esta CPI e propôs que o referido Projeto seja encaminhado à Comissão de Participação Legislativa. O Senhor Presidente informou que na próxima quinta-feira, dia três de outubro, comparecerão a esta CPI, para esclarecimentos, os ex-Presidentes do Instituto Curitiba de Informática, Senhores Jackson Carvalho Leite e Renato Almeida Rodrigues. O Vereador Chico do Uberaba procedeu a entrega do Relatório sobre diligência efetuada na empresa Dataprom. Não havendo mais matéria, o Senhor Presidente encerrou a reunião administrativa.

Em 03/10/2013 foi realizada a 12ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e trinta e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente convidou o Senhor Jacson Carvalho Leite, ex-Presidente do ICI, e seu advogado para fazerem parte da Mesa. O Senhor Relator nominou as autoridades e representantes da sociedade civil organizada presentes. Foi concedida a palavra ao Vereador Chico do Uberaba, para leitura do Relatório da Diligência feita na Empresa Dataprom, realizada no dia vinte e sete de setembro, cujo objetivo era a verificação dos equipamentos de reserva do sistema de bilhetagem eletrônica; em seguida, procedeu a entrega do Relatório da Diligência ao Presidente desta Comissão. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Valdemir Soares, que parabenizou o Vereador Chico do Uberaba pela condução da Diligência e pelo Relatório apresentado. A seguir, registrou que na aludida Diligência causou estranhamento a questão dos quantitativos e a questão referente à renovação do contrato de manutenção do sistema de bilhetagem, pois o prazo de validade de tal contrato foi encerrado e não houve a renovação de tal instrumento, nem há previsão para a formalização de novo contrato. Solicitou ao Presidente que seja realizada acareação entre os representantes das empresas Dataprom e Enterhelp. O Senhor Vice-Presidente



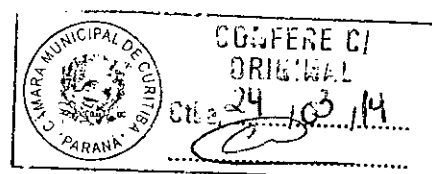
7

registrou a presença dos Senhores Lafaiete Neves, da Plenária Popular do Transporte Coletivo, e de Valmir Mombach, representando o Setransp; e, em seguida, colocou em votação as Atas da 10ª Reunião e da 7ª Reunião Extraordinária desta CPI, que já foram disponibilizadas por meio eletrônico aos Vereadores; as quais foram aprovadas; prosseguindo, registrou que nesta Reunião será ouvido, na condição de testemunha, o Senhor Jacson Carvalho Leite, ex-Presidente do ICI, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal. Com a palavra, o Senhor Jacson Carvalho Leite cumprimentou os presentes, mencionando a importância dos trabalhos desta CPI e colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. A testemunha foi arguida pelo Vereador Jorge Bernardi. A seguir, foi feita entrega do Relatório de Auditoria Independente do Processo Licitatório realizado pelas seguintes entidades: Associação dos Professores da UFPR, Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Sindiurbano, APP-Sindicato e Sindicato dos Bancários. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Professor Lafaiete Neves, que fez considerações sobre o Relatório de Auditoria e registrou que tal documento, acompanhado de Representação, foi entregue, também, ao Prefeito, ao Ministério Público Estadual e Federal, ao Cade, Polícia Federal e Gaeco; por fim, afirmou que este processo licitatório deve ser considerado nulo, face aos indícios de irregularidades insanáveis. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Professor Lafaiete Neves. A seguir, a testemunha foi arguida pelos Vereadores: Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli e Noemia Rocha. O Senhor Relator procedeu a leitura dos Requerimentos: nº410.00090.2013, do Vereador Valdemir Soares. Para encaminhar a votação, o Vereador Valdemir Soares explicou que atualmente é de responsabilidade das empresas de ônibus a contratação do sistema de bilhetagem eletrônica, motivo pelo qual solicita a presença do Presidente do Setransp na acareação. Em votação, foi aprovado. nº410.00091.2013, do Vereador Chico do Uberaba. Encaminhou a votação o Vereador Chico do Uberaba, justificando a necessidade da aprovação do Requerimento, tendo em vista o vencimento do contrato de manutenção de bilhetagem eletrônica. Em votação, foi aprovado. O Senhor Presidente registrou que será encaminhado Ofício ao Presidente da Urbs para que sejam respondidos os questionamentos do Vereador Chico do Uberaba, e que na Reunião da próxima quinta-feira, dia dez, a partir da 14 horas será a acareação entre as Instituições solicitadas. O Senhor Luiz Herlain entregou ao Presidente da CPI cópia de trabalho científico do Senhor Mauro Sergio Langowski, sobre Gestão Social. Foi suspensa a Reunião, com previsão de retorno às quatorze horas e trinta minutos. Reaberta a Reunião, estavam presentes os Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti,



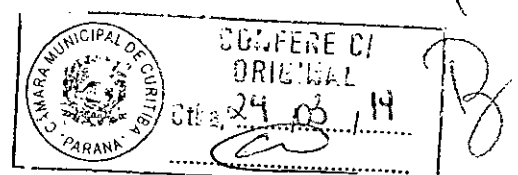
Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Cristiano Santos e Paulo Rink. O Senhor Presidente deu as boas-vindas aos presentes e convidou o Senhor José Felinto, Presidente da Federação Paranaense dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos (Fuspar) e da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos (Conut) a fazer parte da Mesa, na qualidade de testemunha. Com a palavra, o Senhor José Felinto cumprimentou a todos e exibiu filme retratando a realidade dos usuários do transporte coletivo da Capital. Em seguida, a testemunha foi arguida pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto e Paulo Rink. Nas considerações finais, o Senhor José Felinto agradeceu a Comissão pelo trabalho que vem desenvolvendo. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia dez de outubro, às nove horas.

Em 10/10/2013 foi realizada a 13ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas e trinta e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente convidou a Senhora Cássia Ricardo de Aragão, funcionária da Urbs, e seu advogado, Edson Vieira Abdala, para fazerem parte da Mesa. A seguir, registrou que nesta Reunião será ouvida, na condição de testemunha, a Senhora Cássia Ricardo de Aragão, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal. Com a palavra, a Senhora Cássia Ricardo Aragão cumprimentou os presentes e mencionou que é funcionária da Urbs desde 1984, exercendo diversas funções; informou ainda que presidiu a Comissão Permanente de Licitação do Transporte Coletivo e participou como membro da Comissão Especial de Licitação do Transporte Coletivo; finalizou, colocando-se à disposição para responder todos os questionamentos relacionados ao assunto. Foi arguida pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Tiago Gevert, Cristiano Santos, Noemia Rocha, Professora Josete, Chicarelli, Geovane Fernandes e Mauro Ignácio. Com a palavra, o Pastor Valdemir Soares solicitou ao Presidente da CPI ação criminal contra a Senhora Cássia Ricardo Aragão, pela publicação de comentário injurioso em sua página do Facebook. O Senhor Relator procedeu a leitura dos Requerimentos: nº410.00094.2013, de diversos Vereadores e nº410.00095.2013, da Vereadora Professora Josete. Em votação, foram aprovados. A seguir, o Pastor Valdemir Soares procedeu a leitura de Notícia-Crime contra os Senhores Marcos Valente Isfer, ex-presidente da Urbs, e Fernando Ghignone, ex-diretor de Transporte da Urbs. O Senhor Presidente manifestou seu repúdio a qualquer tipo de



ameaça aos trabalhos da CPI, e defendeu a necessidade de se preservar o papel fiscalizador desta Casa; a seguir, justificou a ausência do Vereador Chico do Uberaba. Foi suspensa a Reunião. Reaberta a Reunião. O Senhor Presidente colocou em votação as Atas da 10ª e 11ª Reunião e da 9ª Reunião Extraordinária desta CPI, que já foram disponibilizadas por meio eletrônico aos Vereadores, as quais foram aprovadas. Foi suspensa a Reunião. Reaberta a Reunião. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Edson Vieira Abdala, Advogado da Senhora Cássia Ricardo de Aragão, que agradeceu a qualidade dos trabalhos da CPI e as perguntas bem elaboradas, que proporcionaram à sua cliente a oportunidade de fazer os esclarecimentos devidos. Nas considerações finais, a Senhora Cássia Ricardo de Aragão agradeceu os questionamentos, retratando-se pelas suas colocações publicadas na rede social. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Administrativa, para segunda-feira, dia quatorze de outubro, após a Sessão Plenária.

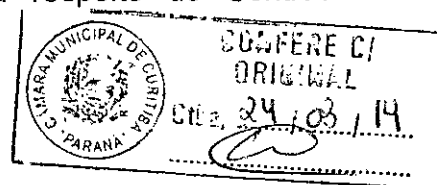
Em 14/10/2013 foi realizada a 12ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às onze horas e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente discorreu sobre audiência que será marcada com o Doutor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, para pedir medidas de caráter preventivo, tendo em vista as ameaças que a CPI vem sofrendo; informou, ainda, que a presente Reunião foi especialmente convocada para deliberação de pauta pelos Membros da Comissão, ficando aprovado o seguinte: sobre o comportamento da Senhora Cássia Ricardo de Aragão, funcionária da Urbs, foi aprovado requerimento para que seja indagado oficialmente, ao órgão de lotação da referida senhora, se a mesma encontrava-se dispensada de suas funções no dia e hora em que veio acompanhar os trabalhos da CPI, ocasião esta da postagem desrespeitosa em sua página pessoal da rede social Facebook, aos membros deste Parlamento e/ou aos funcionários da Urbs, e para qual já houve retratação nesta CPI; convocação de Reunião Extraordinária para terça-feira, dia 15 de outubro, às 14 horas, para que a CPI receba o Movimento de Luta pela Tarifa; a pauta para as próximas duas reuniões ordinárias: dia 17/10, às 9 horas, Senhor Renato Rodrigues de Almeida, ex-Presidente do ICI; às 10h e 30, acareação e, às 14 horas, Senhor Celso Bernardo, ex-Controle Interno da Urbs; dia 24/10, Senhor Lubomir Ficinski, ex-Diretor de Transportes da Urbs e o Senhor Alberto Abujamra da Empresa Dataprom, de acordo com a Proposição nº410.00097.2013, aprovada pela CPI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião,



convocando outra, Extraordinária, para amanhã, dia quinze de outubro, às 15 horas.

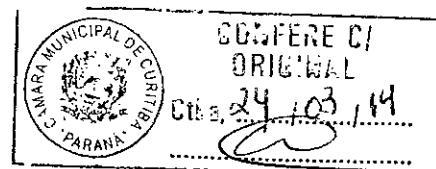
Em 15/10/2013 foi realizada a 13ª reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às quatorze horas e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Paulo Salamuni, que fez a saudação oficial em nome deste Legislativo aos convidados. A seguir, o Senhor Presidente convidou para fazer parte da Mesa os representantes do Movimento de Luta pela Tarifa: Celso Monteiro, Letícia Camargo e Luiz Castro, esclarecendo que os mesmos serão ouvidos como informantes. Foi concedida a palavra ao Senhor Celso Monteiro, que agradeceu a oportunidade de debater a problemática do transporte coletivo em nossa Cidade e iniciou a leitura de documento com as reivindicações do Movimento de Luta pela Tarifa. Com a palavra a Senhora Letícia Camargo, que deu continuidade a leitura do documento. Foi concedida a palavra ao Senhor Luiz Castro, que fez a leitura final do documento e concluiu afirmando que a Frente permanecerá organizada até conseguir seus objetivos. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Doutora Clair da Flora Martins, da Plenária Popular do Transporte Coletivo, que disse que a CPI deverá apontar as ilicitudes do Edital de Licitação e que o Prefeito Gustavo Fruet declare o rompimento do contrato vigente; defendeu também a participação popular na discussão de um Plano de Mobilidade Urbana com a Câmara Municipal e a Prefeitura de Curitiba. Com a palavra o Senhor Valdir Mestriner, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Paraná - Sindiurbano-PR, que afirmou que o Executivo Municipal possui condições para a anulação dos contratos; concluiu, dizendo que é preciso voltar com as mobilizações, uma vez que a CPI está chegando ao final dos seus trabalhos. O Senhor Presidente colocou em votação proposição do Vereador Chico do Uberaba, que solicita diligência à URBS na data de amanhã, a qual em votação foi aprovada. Em seguida, foi concedida a palavra aos convidados para manifestações gerais. *Nada mais havendo a tratar*, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia dezessete de outubro, às 9 horas.

Em 17/10/2013 foi realizada a 14ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente convidou o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues, Ex-Presidente do ICI e seu Advogado, Doutor Francisco Mesquita, a fazerem parte da Mesa. O Vereador Chico do Uberaba mostrou seu descontentamento com a demora nas respostas referente ao Ofício enviado ao Senhor Roberto Gregório, Presidente da Urbs, questionando a respeito do Contrato de



Manutenção do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Transporte Coletivo de Curitiba, firmado com a Dataprom, que foi expirado em 29 de agosto. Valdemir Soares somou-se as colocações do Vereador Chico do Uberaba quanto à lentidão da Urbs em encaminhar as respostas a esta Casa que precisa das informações, com urgência, pois a CPI tem prazo para concluir seus trabalhos; mencionou, também, a ocupação deste Parlamento pelos manifestantes da Frente de Luta Pelo Transporte Coletivo, na data de ontem, relatando que o movimento ocorreu de forma pacífica. O Senhor Presidente registrou que nesta Reunião será ouvido, na condição de testemunha, o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues, Ex-Presidente do Instituto Curitiba de Informática, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal. Com a palavra, o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues fez um breve relato das suas atividades no ICI, registrando que trabalhou durante oito anos na instituição e que, no ano de 2011, assumiu a presidência; finalizou, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignacio e Geovane Fernandes. Em suas considerações finais, o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues parabenizou o trabalho desenvolvido pela Comissão, agradecendo a oportunidade de estar neste Legislativo e esclarecer os questionamentos a ele dirigidos, ensejando que suas colocações tenham contribuído no elucidar da situação em questão. Foi suspensa a Reunião, com previsão de retorno às 14 horas. Reaberta a Reunião com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chicarelli, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Professora Josete e Paulo Rink, o Senhor Presidente convidou o Senhor Celso Bernardo, Gerente Financeiro da Urbs, a fazer parte da Mesa, registrando que o mesmo será ouvido, na condição de testemunha, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal. Com a palavra, o Senhor Celso Bernardo declarou que é funcionário da Urbs há trinta e seis anos e afirmou que responderá a todos os questionamentos a ele dirigidos. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Chicarelli e Professora Josete. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia vinte e quatro de outubro, às 9 horas.

Em 24/10/2013 foi realizada a 15ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Anderson Teixeira, Presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de



Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana - Sindimoc, que percorreu sobre o fundo assistencial aos trabalhadores do transporte coletivo de Curitiba, que é um dos itens que compõem a planilha de custos da tarifa, manifestando sua preocupação com a possibilidade de esse fundo ser retirado do cálculo e repassado diretamente ao Sindimoc pelo Setransp; continuando, enfatizou a transparência das ações do Sindicato, e entregou aos Vereadores integrantes da CPI a documentação referente à prestação de contas sobre a aplicação do fundo assistencial nos últimos seis meses. A seguir, usaram da palavra os Vereadores: Chico do Uberaba procedeu a leitura do relatório da diligência à Urbs, realizada no dia dezoito de outubro do corrente. Chicarelli demonstrou sua preocupação com o valor atual da tarifa do transporte público e a necessidade de baixá-la, enumerando algumas sugestões para que isso ocorra. Professora Josete informou que nos próximos dias a Urbs lançará edital para contratação de empresa que realizará auditoria externa para avaliar o sistema de transporte coletivo. Valdemir Soares enalteceu a ação dos parlamentares que participaram da diligência à Urbs, e solicitou a publicização dos resultados e respostas alcançados com a mesma. O Senhor Presidente informou que o documento com respostas da Urbs aos questionamentos dos Vereadores que realizaram a diligência será disponibilizado na íntegra, por meio eletrônico e, a seguir, convidou o Senhor Lubomir Ficinski, ex-Diretor de Transporte da Urbs, para fazer parte da Mesa. Com a palavra, o Senhor Lubomir Ficinski fez um breve relato das suas atividades na Urbs, onde ocupou o cargo de Diretor no período compreendido entre janeiro e outubro de 2011, empenhando-se na melhoria do transporte coletivo; finalizou, fornecendo sugestões que podem ser usadas como medidas para reduzir o valor da tarifa do transporte coletivo. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Professora Josete, Chicarelli, Rogerio Campos e Noemia Rocha. O Senhor Presidente colocou em votação a ata da 13ª Sessão Extraordinária da CPI do Transporte Coletivo, já disponibilizada por meio eletrônico aos Vereadores, a qual foi aprovada. A seguir, informou que às 14 horas deste dia está prevista a saída do Senhor Ivan Bonilha, ex-Procurador Geral do Município. Foi suspensa a Sessão. Às 14 horas, havendo número legal, foi reaberta a Reunião. O Senhor Presidente informou que o convidado, Doutor Ivan Bonilha, ex-Procurador Geral do Município está participando de Sessão Plena no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, motivo pelo qual não compareceu nesta CPI. A seguir, fizeram uso da palavra os Vereadores Jorge Bernardi, Chico do Uberaba, Serginho do Posto, Bruno Pessutti, Chicarelli, Professora Josete e Geovane Fernandes, que agradeceram ao Presidente da CPI, Vereador Jorge Bernardi, Membros, funcionários e servidores deste Legislativo,

